

Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual *Caring for Child Survivors of Sexual Abuse*

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: O abuso sexual perpetrado contra crianças é uma das crises mais significativas do nosso tempo. Ele pode ter consequências graves a curto e longo prazo sobre o corpo físico, bem-estar mental, social, emocional e econômico das crianças, famílias e comunidades. Nesse contexto, o UNICEF publicou uma atualização de sua diretriz Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual. O documento oferece orientações técnicas globais atualizadas sobre como proporcionar um modelo de cuidados de qualidade para crianças e famílias afetadas por abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual na infância; Direitos humanos; Saúde da criança

Abstract: *Sexual abuse perpetrated against children is one of the most significant crises of our time. It can have serious short- and long-term consequences on the physical, mental, social, emotional and economic well-being of children, families and communities. In this context, UNICEF has published an update to its Caring for Child Survivors of Sexual Abuse guideline. The document provides up-to-date global technical guidance on how to provide a model of quality care for children and families affected by sexual abuse.*

Key words: *Child abuse; Human rights; Child health*



O abuso sexual infantil é uma questão complexa que exige uma resposta enérgica e multidisciplinar para melhor atender às necessidades das crianças sobreviventes e ao mesmo tempo favorecer sua recuperação.

Nesse contexto, o UNICEF (*United Nations Children's Fund*), em parceria com o *International Rescue Committee* (IRC) atualizou suas Diretrizes para o Cuidado de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual¹.

Definição de abuso sexual infantil

Não existe nenhuma definição universal de abuso sexual infantil. A diretriz do UNICEF consolidou diversas definições e adotou que abuso sexual infantil é: “Qualquer forma de atividade sexual, física ou não, infligida a uma criança, por um adulto que tenha poder sobre a criança.”

O abuso sexual infantil frequentemente envolve contato corporal, mas nem sempre. O contato físico pode incluir beijos, toques, tocar nas partes íntimas de uma criança para fins sexuais, fazer uma criança tocar nos órgãos genitais de outra pessoa e estupro.

Vale ressaltar que se um adulto se envolver em qualquer comportamento sexual inadequado com uma criança (por exemplo, linguagem inadequada, fotografar as partes íntimas da criança e/ou mostrar partes íntimas para a criança) tal comportamento também é considerado abuso sexual.

O acesso à tecnologia, particularmente a internet, fóruns de bate-papo e plataformas de mídia social ampliaram os caminhos para abusos sexuais de crianças e jovens. Coagir ou forçar uma criança a produzir ou compartilhar imagens ou vídeos deles mesmos on-line, fotografar ou filmar, são abusos que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, principalmente no contexto da COVID-19.

Escopo do problema

A violência sexual perpetrada contra crianças é uma das crises mais significativas do nosso tempo, afetando crianças de todas as idades e gêneros, em todos os contextos. É imperativo que todos estejam cientes da ocorrência e das características do abuso sexual infantil, tanto global como localmente. As estatísticas variam entre os países, mas os dados disponíveis sugerem que:

- O abuso sexual infantil (incluindo os abusos facilitados pela tecnologia) ocorre com mais frequência do que relatado.
- As meninas têm até três vezes mais probabilidade do que os meninos de sofrer violência sexual.
- A grande maioria dos perpetradores de violência sexual são homens.
- Uma meta-análise sobre o abuso sexual online descobriu que 20% dos adolescentes já receberam algum tipo de solicitação on-line indesejadas, com características de abuso sexual.
- As crianças são frequentemente vítimas de abuso sexual nas suas próprias casas. Uma revisão geral de estudos em 21 países mostrou que 7–36% das mulheres e 3–29% dos homens relataram terem sido vítimas de abuso sexual durante a infância (a maior parte dos abusos ocorreu dentro do círculo familiar).
- Os perpetradores de abuso sexual infantil costumam ser conhecidos da criança, comumente são membros da família, outro parente, amigo ou outro adulto onde há uma relação de confiança.
- Globalmente, as meninas que se casam antes dos 15 anos têm 50% mais probabilidade de enfrentar violência física ou violência sexual por parte de um parceiro íntimo, e as meninas casadas são mais propensas a descrever sua primeira experiência sexual como forçada (se a experiência sexual é descrita como forçada por meninas casadas, se considera abuso sexual, pois as meninas não podem consentir no contexto destas relações desiguais de poder, especialmente se tiverem menos de 15 anos).
- À medida que meninas e meninos entram na adolescência (idades entre 15 e 17 anos), as taxas de violência sexual aumentam para as meninas e diminuem para os meninos, destacando os papéis que se cruzam entre gênero, idade e estágio de desenvolvimento sobre a vitimização sexual de crianças.

Disclosure - “Revelação/Divulgação”

Disclosure refere-se ao ato de dar a conhecer o abuso sexual infantil. A capacidade de uma criança revelar que foi abusada sexualmente é impactada por vários fatores, incluindo a situação da criança, sua idade, estágio de desenvolvimento, sensação de segurança, recursos disponíveis entre outros fatores relevantes para o contexto, como questões de gênero e normas sociais e culturais.

A decisão de uma criança de divulgar/falar sobre o abuso sexual nunca é feita isoladamente, mas em um contexto social. Muitas vezes, a revelação do abuso é um processo – raramente é linear e sequencial. As crianças podem primeiro “testar” para ver como os adultos ou colegas reagem e com base nisso a criança sobrevivente de abuso sexual decide se revela totalmente ou não.

Adultos que reagem com raiva, culpa, descrença, choque ou outras respostas prejudiciais podem levar a criança a parar de falar e/ou negar que o abuso sexual aconteceu.

Frequentemente as crianças sobreviventes de abuso sexual atrasam a revelação do abuso durante semanas ou até mesmo anos após sua ocorrência. Este é o caso de crianças que de alguma forma se sentem responsáveis pelo abuso ou que foram abusadas sexualmente por um membro da família. Muitas crianças não revelam os abusos até se tornarem adultos.

Razões comuns pelas quais crianças pequenas e adolescentes não revelam abuso sexual

- Medo das consequências - muitas crianças têm medo de contar a um adulto sobre o abuso porque sentem-se fisicamente ameaçadas ou porque acreditam que serão afastados das suas famílias. Elas podem temer serem culpadas por envergonhar a família ou envolver autoridades externas. O medo das consequências pode ser maior do que o medo do próprio abuso.
- Medo de serem abandonadas - as crianças muitas vezes têm medo de que os adultos não acreditem nelas ou se recusem a ajudar. O perpetrador dos abusos pode agravar esse medo convencendo a criança que ninguém vai acreditar nela ou que ela terá problemas se falar.
- Manipulação - o perpetrador pode enganar ou subornar a criança (por exemplo, dar-lhe um presente em troca de não divulgar o abuso). O perpetrador muitas vezes fará com que a criança se sinta envergonhada ou culpada pelo abuso ou até mesmo culpar a criança, dizendo que ela convidou/provocou o abuso.
- Auto culpa - as crianças podem acreditar que o abuso sexual é culpa delas ou que é merecido (por exemplo, a criança pode pensar que o abuso ocorreu porque ela estava no lugar errado e/ou na hora errada).
- Proteção - a criança pode querer proteger o agressor e/ou a família de alguma forma, especialmente se o agressor for próximo da criança e da sua família.
- Idade - crianças muito pequenas podem não saber que sofreram abuso sexual. Elas podem pensar que o abuso é normal, especialmente se o agressor for alguém que a criança conhece e confia. As crianças mais novas também podem ter limitações linguísticas ou de desenvolvimento que impedem a divulgação.
- Deficiência - as crianças podem não conseguir revelar o abuso se não conseguirem falar ou ter acesso a outros adultos de confiança.

Todas as revelações decorrentes de abusos sexuais devem ser ouvidas com respeito e acreditadas. Cuidadores, profissionais de saúde e adultos têm o dever de responsabilizar o perpetrador pelo abuso, jamais a criança.

Necessidades das crianças sobreviventes

A recuperação de uma criança após abuso sexual requer resposta imediata às necessidades críticas e respostas e apoio a longo prazo:

- Necessidade de segurança física e emocional: exige que os prestadores de serviços se mobilizem para garantir o acesso a cuidados de saúde imediatos. Esta primeira abordagem é crítica para preparar o terreno para atender às necessidades de longo prazo e facilitar uma recuperação holística e um caminho para cura.
- Necessidades psicológicas: estas crianças precisarão de apoio para se sentirem seguras e confiarem novamente nos adultos, compreender seus sentimentos sobre o abuso e lidarem com reações adversas (flashbacks do abuso, pensamentos obsessivos e outros desafios emocionais). É importante garantir uma abordagem que envolva a criança e identifique adultos com quem elas se sentiam seguras antes do abuso e trabalhar com esses adultos para compreender os desafios que a criança pode estar enfrentando.
- Necessidades sociais: as experiências de abuso sexual isolam e alienam muitas crianças. As crianças (e as famílias) precisarão de ajuda para recuperar e curar-se dos impactos do abuso sexual sobre a família e as relações familiares. As crianças prosperam com rotina e consistência – garantir que possam voltar à escola, participar em eventos comunitários etc., ajuda a fortalecer um senso de normalidade.
- Arranjos de cuidados: se o abuso acontecer em casa, as crianças precisarão de um local seguro para se recuperarem e não podem voltar para seus domicílios. É fundamental identificar esses arranjos e minimizar a perda de controle - possibilitar à criança expressar suas opiniões sobre com quem se sente mais segura pode reduzir as chances de tensão, revitimização e incidentes.
- Necessidades legais/de justiça: as crianças têm direito à justiça e podem precisar de apoio enquanto a situação legal de investigação e a acusação ocorrem. Os sistemas judiciais são frequentemente disfuncionais e, mesmo os sistemas judiciais de melhor funcionamento, uma criança pode estar sujeita a culpabilização por atitudes da polícia, advogados, juízes e outros envolvidos no sistema. É fundamental identificar os pontos estruturais que podem existir e situações que uma criança e sua família possam vivenciar dentro do sistema de justiça.

Princípios orientadores da abordagem aos sobreviventes do abuso sexual infantil

- Priorizar a segurança física e emocional da criança que sofreu abuso sexual (a curto e a longo prazo) e apoiar cuidadores e familiares não ofensores quando procuram serviços.
- Promover os melhores interesses da criança sobrevivente de abuso sexual

O bem-estar da criança é fundamental em todo o seu cuidado e tratamento. Isto significa avaliar os riscos, identificar os seus pontos fortes e fatores de proteção, discutindo as possíveis consequências positivas e negativas com eles para informar a

tomada de decisões, minimizando possíveis ações prejudiciais - todas as ações devem garantir os direitos da criança à segurança e ao desenvolvimento contínuo.

- Garantir a confidencialidade dos serviços e aceitar como e com quem a criança deseja compartilhar sua história. Isto significa garantir a coleta confidencial de informações durante as entrevistas; compartilhar informações com base na necessidade de conhecimento com as pessoas envolvidas nos cuidados da criança sobrevivente; armazenar informações do caso com segurança.

- Facilitar a participação significativa das crianças sobreviventes na prestação de serviços, incluindo o envolvimento delas na tomada de decisões.

O Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança² afirma que as crianças são capazes de formar as suas próprias opiniões têm o direito de expressá-las livremente em todos os assuntos que as afetam, e que as opiniões das crianças devem receber o devido peso de acordo com a idade e maturidade de cada uma.

As crianças sobreviventes têm o direito de participar nas decisões que afetam suas vidas. Se um assistente social não for capaz de atender aos desejos da criança, ele deve sempre explicar respeitosamente o motivo, conversar sobre quaisquer preocupações que a criança possa ter e continuar a apoiar a criança enquanto a decisão é implementada.

A participação significativa será diferente em função da idade, do nível de maturidade e do gênero:

» as crianças mais novas têm capacidade cognitiva limitada para compreender as suas opções e avaliar os riscos e benefícios das decisões. Isto também pode se aplicar a algumas crianças com deficiência de cognição;

» à medida que a capacidade das crianças evolui, elas também devem ter mais informações e mais confiança para saber o que precisam para sua recuperação. Crianças mais velhas e adolescentes podem contribuir substancialmente para a tomada de decisões e realizar com segurança muitas de suas próprias decisões;

» as meninas estão em desvantagem em termos de poder e influência social, controle de recursos, controle de seus corpos e a participação na vida familiar, pública e privada.

- Tratar todas as crianças sobreviventes de forma justa e igualitária. Oferecer a mesma qualidade de atendimento e tratamento a todas as crianças, de acordo com as suas necessidades únicas.

Cada criança sobrevivente tem necessidades diferentes com base em suas identidades sociais, experiências de vida, como o abuso foi perpetrado, quem foi o perpetrador, por quanto tempo durou o abuso etc.

- Tratar as crianças com respeito, gentileza e empatia. Crianças que revelam abuso sexual requerem conforto, encorajamento e apoio apropriado dos profissionais de saúde.

Os profissionais de saúde, especialmente os assistentes sociais, devem acreditar nas crianças que revelam abuso sexual e nunca as culpar de nenhuma forma pelo abuso

sofrido. Uma responsabilidade fundamental dos assistentes sociais é fazer com que as crianças se sintam seguras e cuidadas ao receberem os serviços.

- Reconhecer a singularidade de cada criança e família. Cada criança e família têm diferentes pontos fortes, recursos e formas de lidar com a situação.

Os responsáveis pelo caso devem trabalhar com eles para fortalecer mecanismos de enfrentamento que sejam do melhor interesse da criança. Os responsáveis pelo caso devem identificar e aproveitar os pontos fortes naturais da criança e da família como parte do processo de recuperação e cura. Devem identificar os fatores que promovem a resiliência das crianças e desenvolvê-los durante a prestação de cuidados. Crianças que têm relacionamentos afetuosos e oportunidades de atividades significativas e participação na vida familiar e comunitária têm maior probabilidade de se recuperar e se curar do abuso.

- Compreender as identidades sociais e experiências individuais de cada criança.

Os assistentes sociais devem também compreender suas próprias atitudes, crenças e preconceitos sobre crianças e adolescentes, gênero e igualdade de gênero e abuso sexual, porque estes podem ter um impacto benéfico ou prejudicial sobre a capacidade da criança de se recuperar e curar do abuso sexual.

Referências

1. UNICEF. Caring for Child Survivors of Sexual Abuse Guidelines [Internet]. 2023 dez p. 204. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/155226/file/CCS%20Guidelines%20Final%20.pdf>
2. Convention on the Rights of the Child [Internet]. OHCHR. [citado 25 de setembro de 2023]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>